



Editorial

“130 anos da Abolição: História, Luta e Resistência Escrava no Brasil”

É com alegria e satisfação que lançamos a 25ª edição da *Temporalidades*, revista discente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Em mais um momento de tentativa de precarização do ensino superior público, com cortes orçamentários que chegam à casa do R\$ 13 bilhões, consideramos um ato resistência e coragem iniciativas que partem desse tipo de instituição, com a toada de valorização do trabalho acadêmico, buscando ampliar os meios de divulgação do conhecimento, em nosso caso, o histórico.

Resistência e coragem, inclusive, que foram indispensáveis para o acontecimento da efeméride que inspirou o nosso atual dossiê temático, “130 anos da Abolição: História, Luta e Resistência Escrava no Brasil”. Afinal, em 2018, rememora-se 130 anos da assinatura da Lei Áurea pela então princesa regente Isabel. A Abolição, contudo, não pode ser associada a um ato isolado e cristalizado em uma data estanque. A busca pela liberdade é indissociável à existência da escravidão. Logo, a luta pela abolição foi um processo de longa duração, que envolveu todas as nuances do período escravista. Foi justamente nesse sentido que este dossiê se configurou amplo, aceitando trabalhos que focassem os diversos aspectos do escravismo moderno e sua ligação com o Brasil (1444-1888).

Escravidão moderno contém inegáveis relações de poder. Relações essas em que o escravizado era, ao menos em âmbito jurídico e social, coisificado, mercantilizado. Não há naturalidade nesse tipo de relação. Não há, como negar, o peso da escravidão. Porém, apesar de ser coisificado, os escravizados¹ resistiam. Através de suicídios, fugas, formação de quilombos, organizando-se social e politicamente e, até mesmo, aproveitando-se dos meandros das leis coloniais e imperiais. São inúmeros os casos de resistência à imposição da situação escravista. Nesse

¹ É justamente nesse sentido que optamos aqui por utilizar o nome escravizado em lugar de escravo. Ao utilizarmos o termo escravizado, queremos passar a ideia de que a escravidão não era algo inerente a pessoa, que retirava sua condição de humanidade. Ao contrário, era uma condição que lhe era imposta e a essa imposição, ela resistia.



sentido, podemos inclusive pensar o fim da escravidão como um produto da resistência dos próprios escravizados em relação à escravidão.

Quase cem anos se passaram, porém, até o momento em que a agência escrava fosse pensada pela historiografia como decisiva para a abolição da escravidão. Angela Alonso², em um apanhado sobre a historiografia que debate o tema, a dividiu em três diferentes momentos. O primeiro, forte a partir da década de 1960, uma segunda linha, marxista, propõe “a leitura da escravidão como parte do sistema capitalista e instituição responsável pela singularização das nações pós-coloniais. A abolição é explicada a partir da dinâmica peculiar do capitalismo brasileiro e de sua expansão, que exigiria um mercado de trabalho livre”³.

Um segundo momento, que ganhou força na década de 1980 e em muito foi influenciado pelos escritos de E. P. Thompson, deu maior enfoque a agência dos escravizados no processo da abolição, seja na resistência quotidiana, seja no plano institucional. O terceiro, tributário de Robert Conrad, pensou a questão a partir das disputas políticas parlamentares e no espaço público. Nessa chave, valoriza-se as instituições políticas, se embasando no incontornável fato de que a abolição se deu pela via institucional, através da lei Áurea, e não por mudanças do sistema político-econômico ou por uma revolta escrava. Em síntese, escreve Angela Alonso:

Essas três famílias interpretativas, resumidas aqui a alguns de seus membros, operaram uma divisão do trabalho intelectual: uma privilegia fatores estruturais, outra o ativismo dos escravos, a terceira, as instituições políticas. Todas registram manifestações abolicionistas no espaço público, uma campanha pública pela abolição da escravidão, mas não tomam o assunto como objeto de estudos *per se*.

Um quarto momento de estudos sobre a abolição, do qual a autora é proponente, é o que aborda a abolição da escravidão enquanto movimento social. Tributária de Charles Tilly, Alonso assim define movimento social e o relaciona com o processo da abolição da escravidão no Brasil:

Charles Tilly argumenta que foi no curso da campanha contra o tráfico de escravos que os ingleses inventaram o “movimento social”, tipo de política que combina campanha de pressão sobre autoridades, uso de repertório de confronto comum (organização de associações, publicações e eventos de padrão similar) e manifestações públicas repetidas por parte de grande número de pessoas, cujo compromisso perdura diante das adversidades. Um movimento social não é ator coletivo orgânico, é maneira extraparlamentar de fazer política, à qual recorrem

² ALONSO, Angela. O Abolicionismo como Movimento Social. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 100, 2015.

³ ALONSO. **Novos Estudos Cebrap**, p. 118.

⁴ _____. **Novos Estudos Cebrap**, p. 119.



grupos sem acesso ou capacidade de impactar a política institucional. A mobilização brasileira pela abolição da escravidão preenche os critérios à sobeja. Entre ações institucionais, manifestações públicas em espaço fechado ou aberto, ações simbólicas, diretas, de difusão e de confrontação foram 2214 eventos de protesto. Campanha contínua por décadas, com associações e eventos coordenados e nacionais, que recrutou vultoso contingente de adeptos nas maiores cidades do país e se embrenhou pelo interior, o abolicionismo foi o primeiro movimento social brasileiro⁵.

Nesta interessante definição, Angela Alonso atribui grande abrangência ao movimento abolicionista, pensando-o em suas variadas esferas de ação, desde o jogo de ação e reação com os governos e contra-movimentos, bem como as táticas e planos de ativismo que variaram de acordo com a conjuntura política, seja nacional, seja internacional. Reconhecendo a importância dos trabalhos anteriores, que ressaltaram a agência dos escravizados neste momento, Alonso amplia a esfera do abolicionismo, trazendo à cena um amplo cenário de mobilização, que utilizou-se dos mais diferentes métodos para atingir seu objetivo. Nas senzalas, teatros, tribunais, parlamento, das ruas de grandes cidades brasileiras a busca de apoio em Londres ou Paris, os agentes do abolicionismo mobilizaram um imenso repertório que levou, ao fim, à assinatura da Lei Áurea em 1888.

Hoje, 130 anos após a abolição, é de suma importância rememorar, rediscutir, repensar o passado. Ainda mais em um momento político tão conturbado, quando o que se desenhou desde o golpe político-parlamentar de 2016. As “reformas” políticas, como a Trabalhista e a da Previdência, tem gerado comparações entre a atual situação da classe trabalhadora brasileira e um eventual “retorno à escravidão”.

Naturalmente, nenhuma relação de trabalho se compara à escravidão. Afinal, a própria condição de humanidade era jurídica e socialmente retirada dos escravizados. Porém, de fato, estamos em um momento crítico, de retirada de direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores, que irão em muito precarizar as relações de trabalho. Vivemos um momento em que as elites tentam, a todo custo, manter seus privilégios, assim como durante todo o período de existência de senhores e escravizados.

Mais que isso, sabemos que apesar da abolição, os projetos que poderiam ser mais efetivos para inserção dos ex-escravizados na sociedade brasileira não foram colocados em prática. Os

⁵ ALONSO, Angela. **Flores, Votos e Balas: o Movimento Abolicionista Brasileiro (1868-88)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 351-352.



nefastos resultados podem ser vistos no último senso do IBGE, de 2016. Dos 16,2 milhões de pessoas que vivem em extrema pobreza no país, 70,8% são negros. Eles são ainda 80% dos analfabetos do país. Recebem estatisticamente salários 2,4 vezes menores do que os recebidos por pessoas brancas. Mais de 64% dos afrodescendentes brasileiros não completaram a educação básica. A violência também tem dimensão racial. Dos 56 mil homicídios cometidos no Brasil, 23 mil vítimas são negros menores de 29 anos. No Rio de Janeiro, 80% das mortes causadas por ações policiais são de pessoas negras. Os negros são ainda 75% da população carcerária⁶. Num cenário como o atual, de retirada de direitos, a tendência é de quem já está em uma pior condição, tenha ainda mais dificuldades de possuir o básico para viver com dignidade. Daí advém as comparações entre as atuais reformas e um eventual “retorno à escravidão”. E convenhamos, não há, portanto, como negar que exista alguma relação.

Feita esse breve introdução, gostaríamos de agradecer ao professor doutor Carlos de Oliveira Malaquias, que prontamente atendeu o nosso chamado para a escrita da apresentação e organização deste dossiê. Agradecemos também ao professor doutor Sidney Chalhoub e às professoras doutoras Beatriz Gallotti Mamigonian e Angela Alonso, que gentilmente nos concederam as instigantes entrevistas que constam nas páginas finais desta edição da *Temporalidades*.

Agradecemos, também, aos os autores que enviaram seus artigos para o dossiê temático e artigos. Todos possuem discussões fundamentais para o desenvolvimento de uma produção historiográfica consistente. No que concerne aos artigos livres, nesta edição são temos os mais diversos temas.

“A memória em Foco: O uso da memória do cangaço a serviço do turismo na cidade de Mossoró/RN”, de Antônio Robson de Oliveira Alves Correio, trata dos usos da memória do cangaço, presentes na produção da elite intelectual mossoroense na década de 1970 e 1980, cujas narrativas contribuíram para a construção de um passado célebre. Aborda, também a questão da do enobrecimento indenitário daqueles que residem no município de Mossoró foi construído a partir dos lugares de memória, bem como das ações por parte do poder público no campo do turismo, que visam o aumento na economia local e a manutenção de uma identidade permeada pelo constructo de “cidade da resistência”, fomentando assim, os usos e desusos do passado.

⁶ Dados disponíveis em: <https://nacoesunidas.org/brasil-violencia-pobreza-e-criminalizacao-ainda-tem-cor-diz-relatora-da-onu-sobre-minorias/>



Já o artigo “Feiura como indício de delinquência: uma análise de Ravachol segundo Cesare Lombroso”, de Bruno Corrêa de Sá e Benevides, tem por tema as teorias sobre o crime de Cesare Lombroso, desenvolvidas a partir da segunda metade do século XIX. Essas contribuíram para a criminalização da prática do anarquismo na Europa, atribuindo aos ácratas a pecha de anormais ou de monstros sociais. O artigo pretende demonstrar como Ravachol, o “lendário” anarquista, foi diagnosticado, por Lombroso, como delinquente, devido às suas características antropométricas e por estar envolvido em ações terroristas. Assim Ravachol foi transformado em um símbolo de uma monstruosidade social.

Em “Legislação e conflito no reino do Kongo do século XVI”, de Bruno Pastre Máximo, a abordagem se refere aos aspectos do funcionamento do sistema jurídico do reino do Kongo no século XVI. Por meio de uma análise documental, o autor procura discutir como este sistema se alterou a partir do contato e das influências europeias, em especial de Portugal e do Vaticano. Desta forma, o texto abordará os conflitos surgidos do contato entre os diferentes sistemas jurídicos, que se intensificaram quando das disputas de sucessão monárquica no Kongo, durante este período.

O artigo intitulado “Para uma história da ciência quinhentista: entre desafios e anacronismos”, de Diego Pimentel de Souza Dutra, faz um levantamento dos principais desafios existentes no estudo do conhecimento científico europeu, no período que transcorre entre a Idade Média e a Idade Moderna. O autor pretende demonstrar como a concepção de ciência renascentista não configurava-se como um saber caótico, estando, mas sim um conhecimento fortemente estruturado. Seu intuito também é de dar visibilidade às correntes de pensamentos que caíram no esquecimento durante o processo de edificação de uma ciência moderna, para demonstrar que a Revolução Científica do século XVII teve contribuições fundamentais de segmentos que, no entanto, a historiografia tradicional tratou de negligenciar.

Em “A nova história política”, Fabrício Ferreira Medeiros, discutirá sobre o processo de renovação da história política, iniciada a partir da década de 1970, depois de um período no qual sofreu com a indiferença de diversos historiadores. Nesse contexto, então, o interesse pela política foi revigorado, em consonância com a influência de circunstâncias exteriores à produção histórica e diante de mudanças de perspectivas germinadas dentro da própria historiografia, em especial, de origem francesa. Ao ter como mote de discussão este processo, o autor pretende-se identificar as



contribuições teóricas e suas principais características daquilo que se pode chamar de nova história política.

“A crônica e o jornal: Lourenço Diaféria na Folha de S. Paulo”, de Kelly Yshida, tem como objeto/ fonte as crônica jornalística Lourenço Carlos Diaféria, escritor que atuou na Folha de S. Paulo durante a vigência da ditadura militar. Para tal discussão, a autora lança mão de estudos de diferentes áreas de conhecimento de modo a evidenciar as relações entre jornalismo e literatura.

“Arte e imaginário: representações da natureza nos vitrais da Catedral de Barcelona (séculos XIV e XV)”, de Lorena da Silva Vargas, visa compreender a relação do homem com o meio físico e espiritual durante a Baixa Idade Média, tendo como objeto de análise os elementos artísticos da arquitetura gótica, especificamente os vitrais da Catedral de Barcelona - Região da Catalunha, Espanha - entre os séculos XIV e XV.

Em “A fábrica Bangu: um olhar sobre a história do Brasil através do local”, de Matheus Mendanha Cruz, a abordagem é sobre o ensino de história pelo viés da História Local. Para dissertar sobre o tema, o autor trata da história da Fábrica Bangu, inserida no contexto de desenvolvimento industrial do Brasil entre o século XIX e XX. Matheus Mendanha aborda, também, os aspectos cotidianos da vida dos operários no interior e no exterior dos muros das fábricas.

Já o artigo “Administração por escrito: a circulação de notícias entre Brasil e Portugal (XVII-XIX)”, de Nayara Vignol Lucheti, analisará as prescrições nos Regimentos dos Governadores do Brasil e a correspondência administrativa enviada, principalmente, ao Conselho Ultramarino. Com tais documentos em foco, a autora busca compreender o sistema de governação por escrito na América portuguesa. Além disso, discute a importância das epístolas administrativas para contar, na esfera dos membros da administração e governança brasílicos, o que ocorria no além-mar.

O trabalho intitulado “Relações entre magia e astrologia na Idade Média”, Thainan Noronha de Andrade, tem como objetivo elaborar uma dos percursos históricos da magia e da astrologia na Idade Média, discutindo a recepção dessas doutrinas dentro da ortodoxia religiosa no período medieval. Nele, também, há uma breve discussão metodológica concernente à historiografia sobre o tema. Com tal discussão a pesquisadora pretende contribuir para a discussão acerca do Esoterismo Ocidental além de abordar aspectos culturais do medievo.



“A devoção mercedária e o associativismo leigo da Europa ao Novo Mundo: redenção dos cativos, salvação das almas e apropriações do culto”, de Vanessa Cerqueira Teixeira, se debruça sobre o universo religioso das associações leigas, dando foco à devoção a Nossa Senhora das Mercês. Com uma breve, mas consistente contextualização, a pesquisadora nos apresenta as origens e o desenvolvimento da devoção da Europa ao Novo Mundo, dos séculos finais do medievo ao decorrer do Antigo Regime.

Por fim, o artigo “A prática política em ‘tempos de clandestinidade’: as táticas dos militantes do PC do B para convencer os moradores do Araguaia ao projeto de guerra popular prolongada”, de Wellington Sampaio da Silva Correio, versa sobre a Guerrilha do Araguaia, das décadas de 1960 e 1970. Tema bastante discutido na historiografia, mas que aqui será abordado em outra escala, pois o autor abordará o cotidiano e a política enquanto relações tecidas no campo micro, isto é, das maneiras de viver e fazer inseridas no dia-a-dia dos moradores do Araguaia nesse período. Para tal o pesquisador lançou mão relatos orais de ex-guerrilheiros, encontrados na documentação publicada pelo PC do B sobre o movimento e das memórias de alguns moradores da região.

A diversidade de temas, com discussões tão ricas, tal como vemos nesta edição da *Temporalidades*, reforça nosso discurso de que o ensino superior público e gratuito tem que ser cada vez mais defendido, pois é dele que advém a maior parte do conhecimento produzido em nosso país.

Que sigamos defendendo a valorização do ensino superior público!

Que sigamos lutando por uma educação básica pública de qualidade, para que todos tenham as mesmas oportunidades de acesso ao ensino superior público!

Desejamos uma excelente leitura!

Felipe de Oliveira Malacco

Gislaine Gonçalves Dias Pinto